

RECURSO ESPECIAL Nº 1.752.949 - SP (2018/0170432-3)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECORRENTE : TELEFÔNICA BRASIL S.A
ADVOGADOS : IGOR BIMKOWSKI ROSSONI - RS076832
CARLOS EDUARDO BAUMANN E OUTRO(S) - SP107064
RECORRIDO : CARLOS ALBERTO GANDOLPHO
PROCURADOR : MÁRCIO RODRIGO GONÇALVES - SP293123

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E EMPRESARIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM EMPRESA DE TELEFONIA. PLANTA COMUNITÁRIA DE TELEFONIA - PCT. CRITÉRIO DO BALANCETE MENSAL. SÚMULA 371/STJ. INAPLICABILIDADE.

- 1. Inviabilidade de aplicação da Súmula 371/STJ aos contratos de participação financeira celebrados na modalidade PCT.*
- 2. Precedentes desta Corte Superior no mesmo sentido.*
- 3. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por TELEFÔNICA BRASIL S.A em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (e-STJ fls. 194-205).

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fl. 219).

Em suas razões, a parte recorrente sustentou a violação dos artigos 7º, 8º e 170 da Lei n. 6.404/76, 884 do Código Civil bem como divergência jurisprudencial, sob a alegação de existência de equívocos quanto às particularidades da sistemática de Planta Comunitária de Telefonia-PCT e na apuração do valor patrimonial da ação.

Sustentou, ainda, que "*em estrita obediência ao artigo 80 da Lei das S.A., inclusive §2º, a rede de telefonia somente pôde ser integralizada ao patrimônio da companhia após a aprovação do laudo de avaliação em assembléia. Somente então é que a rede passou a fazer parte do capital social da exponente, possibilitando a retribuição em ações.*" [sic] (e-STJ fl. 238)

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 288-293.

É o breve relatório.

Passo a decidir.

A controvérsia diz respeito, essencialmente, à aplicação do critério do balancete mensal a um contrato de participação financeira na modalidade Planta Comunitária de Telefonia - PCT, em que a participação financeira se deu por dação da planta comunitária em pagamento, nos termos da Portaria nº 117/1991 do Ministério das Comunicações.

Na hipótese em apreço, o Tribunal de origem entendeu que a parte ora recorrida faria jus à complementação de ações com base no critério do balancete mensal, à luz da Súmula 371/STJ.

A propósito, o seguinte trecho da fundamentação do acórdão recorrido:

A contratação do programa comunitário de telefonia (PCT) pelo apelante está comprovada pelos documentos de fls. 78 e 31. A matéria devolvida ao Tribunal limita-se à verificação da ocorrência de prescrição da pretensão do apelante em obter a complementação das ações.

(...)

Sobre o tema, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 371, segundo a qual nos contratos de participação financeira para aquisição de linha telefônica, o Valor Patrimonial da Ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização.

Cumpre mencionar que a referida súmula também tem aplicação aos contratos firmados na modalidade de Programa Comunitário de Telefonia (PCT), sendo que a data da integralização a ser considerada é a data da contratação e não a data da incorporação da rede ao patrimônio da concessionária. (e-STJ fls. 196 e 202)

A recorrente, por sua vez alegou que a emissão de ações somente tornou-se possível após a efetiva implantação da planta comunitária, pois a incorporação desse bem à companhia dependia de prévia avaliação e de aprovação da assembléia geral, não havendo falar, portanto, em aplicação do critério do balancete da data da integralização do contrato, uma vez que essa data, logicamente, é anterior à data da efetiva implantação da planta

comunitária.

Assiste razão à ora recorrente.

Com efeito, no sistema de Planta Comunitária de Telefonia - PCT, os usuários não contratavam diretamente os serviços de telefonia, como nos contratos do sistema Plano de Expansão. O que os usuários contratavam, inicialmente, era a construção da planta comunitária, ou seja da rede local de telefonia, para atender àquela localidade.

Após a implantação da planta comunitária, essa rede local era avaliada e incorporada ao patrimônio da companhia telefônica, sendo, então, emitidas as ações correspondentes em favor dos usuários com base no valor da avaliação, nos termos da já aludida Portaria 117/1991.

Com base nessa particularidade do sistema PCT, impõe-se concluir que é inerente a essa modalidade de contratação a existência de um intervalo de tempo entre a data da integralização do contrato e a data da efetiva retribuição acionária (relembre-se que, no sistema dos Planos de Expansão - PEX, esse intervalo decorrida de uma opção normativa, a qual foi considerada abusiva por esta Corte Superior).

Como corolário da conclusão acima, **pode-se afirmar que a emissão de ações com base no balancete do mês da integralização no sistema PCT importaria violação direta à norma do já mencionado art. 8º da Lei 6.404/1976**, pois o preço pago pelo usuário no momento da contratação não equivale necessariamente ao valor pelo qual a rede de telefonia será avaliada, após efetivamente implantada, sendo certo que o referido enunciado normativo determina que os bens devem ser incorporados ao patrimônio da companhia pelo valor de avaliação.

Relembre-se que a data integralização, mencionada na Súmula 371/STJ, é considerada a data do pagamento do preço, ou a do pagamento da primeira parcela, no caso de parcelamento, conforme se verifica nas razões de decidir do recurso repetitivo que deu origem a essa súmula (REsp 1.033.241/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em

22/10/2008, DJe 05/11/2008).

No caso do sistema PCT, como a integralização não se dá no momento do pagamento do preço, mas posteriormente, mediante dação de bens à companhia, é forçoso concluir que o critério do balancete mensal, previsto na Súmula 371/STJ, é incompatível com o sistema PCT regido pela Portaria 117/1991.

Essas mesma conclusão foi alcançada pela QUARTA TURMA desta Corte Superior, em lapidar julgado, assim sintetizado em sua ementa, *litteris*:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. PROGRAMA COMUNITÁRIO INTEGRADO DE TELEFONIA (PROCITE). CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. APOORTE FINANCEIRO DE PROMITENTES ASSINANTES. CESSIONÁRIO. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. INCORPORAÇÃO DA PLANTA TELEFÔNICA AO PATRIMÔNIO DA CONCESSIONÁRIA. CRITÉRIO DE RETRIBUIÇÃO EM AÇÕES.

1. (...).

3. O cessionário de contrato de participação financeira tem legitimidade para postular em juízo a complementação de ações somente na hipótese em que o instrumento de cessão lhe conferir, expressa ou implicitamente, o direito à subscrição de ações, conforme apurado nas instâncias ordinárias. Súmula 83/STJ.

4. Na impossibilidade de se efetuar a subscrição e entrega das ações a que teria direito o acionista, possível a sua conversão em perdas e danos, sem que isso implique julgamento extra petita. Precedentes.

5. Não sendo o pedido de decretação de nulidade de assembléias da sociedade anônima ré um fim em si mesmo, mas apenas deduzido como fundamento para a pretensão de recebimento de complementação de ações decorrente de contrato de participação financeira, é inaplicável o prazo de decadência previsto no art. 286 da Lei 6.404/76. Prescrição que se dá nos prazos previstos no artigo 177 do Código Civil de 1916 e nos artigos 205 e 2.028 do Código Civil de 2002. Vencida, no ponto, a Relatora.

6. No Programa Comunitário Integrado de Telefonia (PROCITE), os adquirentes de linhas telefônicas celebraram contratos com as construtoras, pagando o preço com elas combinado. Não houve pagamentos por eles feitos à

concessionária. Esta comprometeu-se, em pactos celebrados com os municípios, a interligar as plantas telefônicas ao seu sistema; prestar o serviço telefônico e incorporar as plantas ao seu patrimônio (aumento de capital), retribuindo aos titulares das linhas telefônicas, mediante subscrição de ações, o valor de avaliação do bem incorporado. A subscrição tinha por base o valor de avaliação do bem indivisível incorporado (planta), dividido pelo número de adquirentes de linhas telefônicas.

7. A incorporação da planta telefônica não se deu quando dos aportes financeiros à construtora realizados pelos adquirentes das linhas, do que decorre a impropriedade de se pretender utilizar os valores de tais aportes, e as datas em que realizados, como balizas para o cálculo do quantitativo de ações. Na época dos aportes, as plantas não existiam, a significar que, ausente patrimônio a incorporar, não houvera ainda integralização, da qual dependia a avaliação e a contraprestação em ações.

8. O aumento de capital deu-se com a incorporação da planta telefônica ao patrimônio da ré. Nos termos do contrato e dos arts. 8º, §§ 2º e 3º, da Lei 6.404/76, o cálculo do número de ações a serem subscritas em favor de cada titular de linha telefônica deve levar em conta o valor de avaliação daquele bem.

9. Agravo regimental provido para dar provimento ao recurso especial a fim de julgar improcedente o pedido formulado na inicial.

(AgRg no AREsp 29.665/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 08/10/2015)

Destarte, o recurso especial merece ser provido, ficando prejudicadas as demais questões suscitadas.

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para julgar improcedentes os pedidos deduzidos na petição inicial.

Custas e honorários advocatícios pelo autor da demanda, ora recorrido, estes arbitrados em R\$ 1.000,00 (mil reais), **suspensa a exigibilidade em caso de concessão do benefício da gratuidade da justiça.**

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

